



EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPOSTO PELA ONU

Flávio Roberto Chaddad ¹

¹ Graduado em engenharia Agrônoma pela Unesp/Botucatu; Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Paulista (UNIP/Bauru); Especialista em Educação Ambiental pelo Instituto de Biociências da Unesp/Botucatu; Especializando em Gestão da Educação Básica pelo Centro Universitário de Araraquara (UNIARA); Mestre em Educação pela PUC-Campinas. Atualmente é professor de Ciências da EMEFEI professora Laura Rebouças de Abreu, Dois Córregos, SP.

Endereço: Rua Benedito Pires de Almeida, N°15, Vila Rica I, Dois Córregos, SP. E-mail: frchaddad@gmail.com

Data de recebimento: 12/09/2011 - Data de aprovação: 15/10/2011

RESUMO

Este texto tem por objetivo situar histórica e filosoficamente a contradição que a educação ambiental estabelece com o tipo de desenvolvimento sustentável proposto pela organização das Nações Unidas, explicitado na Agenda 21. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica e como metodologia de análise adotou-se o método crítico dialético. Foi definida a priori como categoria básica a contradição que a educação ambiental estabelece com o desenvolvimento sustentável proposto pela ONU. Verificou-se que a educação ambiental quando orientada a este tipo de desenvolvimento se mostra contraditória, pois reafirma este paradigma com todas as suas contradições econômicas, sociais, políticas e naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Relatório Brundtland. Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This paper aims to situate historically and philosophically the contradiction establishes that environmental education with the kind of sustainable development proposed by the UN organization, explained in Agenda 21. For this, we performed a literature review and as a method of analysis adopted the dialectical critical method. It was defined a priori as the basic category contradiction establishes that environmental education for sustainable development proposed by the UN. It was found that environmental education when directed to this type of development shown contradictory, since it reaffirms this paradigm with all its contradictions, economic, social, political and natural.

KEYWORDS: environmental education. Brundtland Report. Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

Como produto da lógica funcional que coisificou o homem e a natureza, destituindo-os de toda sua personalidade, exacerbam-se pelo mundo uma variada gama de situações limites, que se não forem remediadas a tempo, ameaçam as condições de vida em sua superfície. Um relatório recente da WWF diz que se a humanidade continuar

consumindo e crescendo neste mesmo ritmo irá necessitar de dois planetas Terra em 2050 para se sustentar. E se generalizasse o modelo americano ao mundo, necessitaria de cinco planetas (NOVAES, 2009).

Como exemplos desta economia baseada no consumismo e na busca incessante do lucro, a do neoliberalismo econômico, algumas situações podem ser citadas, dentre as quais se destacam: o perigo da energia e dos armamentos nucleares; a destruição maciça de florestas e matas; o aquecimento global; a poluição ambiental e suas conseqüências para o homem e para os ecossistemas terrestres; a desertificação; o assoreamento dos rios e em conjunção, com esta ação destruidora do homem sobre o meio natural, milhares de pessoas “imprestáveis” para a razão funcional, balizadora do processo de acumulação capitalista, são descartadas e empurradas para a miséria, à alienação e para o esquecimento.

Assim, este momento crítico reflete a deterioração da articulação inseparável entre os três registros ecológicos: o natural, o das relações sociais e o da subjetividade humana. Portanto, esta maneira de conhecer e de transformar o mundo vem sendo balizada por uma ética funcional ou utilitarista, que não permite a reflexão das conseqüências de seus atos, mas que foi e continua sendo motivadora de uma progressiva desvalorização dos processos integrativos em prol de uma gritante racionalização decompositora de todos os processos subjetivos, sociais e naturais (GUATTARI, 2001).

Como uma das formas de sanar este processo crítico situa-se a educação, em seu espectro maior, a educação ambiental que, política por natureza, pode ser a porta-voz de um novo paradigma para a sociedade. Assim, a educação ambiental deve ser encarada como uma das mais urgentes políticas públicas que devem ser colocadas em prática. Políticas Públicas em Educação Ambiental abrangem tanto as macro-políticas, como a própria instituição da Lei 9795 de 27 de novembro de 1999, Lei da Política Nacional da Educação Ambiental, onde foram criadas as diretrizes e os objetivos, ou seja, as condições para o desenvolvimento de projetos de educação ambiental, quanto micro-políticas, que dizem respeito à implantação “*in loco*” destes projetos nas instituições de ensino e seu conseqüentemente monitoramento, ou seja, se está ou não ocorrendo este processo definitivamente (BRASIL, 2011). Desta forma, de acordo com a Política Nacional de Educação Ambiental a educação ambiental, como política pública, deve ser realizada integrada ao currículo, de maneira formal e informal, e orientada ao desenvolvimento sustentável – É de se questionar: Qual tipo de desenvolvimento sustentável se pretende?

O objetivo deste texto é situar histórica e filosoficamente a educação ambiental e a sua relação contraditória com o sentido de desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMA). Para tanto, este estudo é uma revisão bibliográfica que se utilizará como fontes para pesquisa livros, artigos, sites e documentos e, como metodologia de análise, adotar-se-á o método crítico dialético. Como afirma MARTINS (1994):

Este método tem como referencial teórico o materialismo histórico, apoiando-se na concepção dinâmica da realidade e das relações dialéticas entre o sujeito e objeto, entre conhecimento e ação, entre a teoria e prática (p.27).

Para adotar esta metodologia de análise, é necessário definir a categoria básica que deve servir como “palco” da discussão em sua totalidade. Em seus estudos sobre a metodologia da investigação, MARX (1974) descobre a necessidade de definição de uma categoria inicial de análise para que o real aparente seja apropriado como real pensado ou concreto. Nas análises econômicas do Capital, ele atribui como categoria simples (empírica) a mercadoria, a qual foi possível, a partir de abstrações, compreender a

economia capitalista.

Portanto, foi adotada, neste trabalho, como categoria simples ou básica, o palco das discussões em sua totalidade, a dialética que a educação ambiental estabelece com o sentido de desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Mundial Para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMA).

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA CONTRADIÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PROPOSTO PELA ONU

Em decorrência da degradação ambiental muitas discussões quanto ao futuro da vida no planeta realizam-se em todo mundo, impulsionadas, sobretudo, pelo surgimento do movimento ambientalista. Conforme HERCULANO (2001), este começa a edificar-se a partir dos movimentos pacifistas e antinucleares:

Em 1945 os Estados Unidos explodiram as primeiras bombas atômicas. A primeira, experimentalmente, no deserto de Los Álamos; as demais, sobre as populações civis de Hiroshima e Nagasaki, ao término da Segunda Guerra Mundial. Foi então que os habitantes do planeta deram – se conta de que o conhecimento humano acabava de atingir uma etapa pela qual se tornava capaz de destruir o mundo todo. A sensação de estar-se confinado numa nau dos insensatos – a nave Terra – tripulada por lunáticos destruidores causou intenso desconforto e o início de movimentos pacifistas e antinucleares que viriam a se transformar nos primeiros movimentos ambientalistas (p.13).

Somado a estes movimentos o questionamento à ciência moderna também recrudescer, principalmente, a partir das pesquisas feitas pela bióloga Rachel Carlson, em 1962, expostas em seu livro *“Primavera Silenciosa”*. De uma forma geral, neste livro, ela provava que os pesticidas usados na agricultura eram os responsáveis diretos pelo desaparecimento de inúmeras espécies e pássaros estavam ameaçados de extinção, inclusive a águia americana. (HERCULANO, 2001)

A partir dos primeiros questionamentos, o movimento ambientalista foi se reconstruindo continuamente, ampliando suas indagações e abarcando novas lutas sociais, bem como as estratégias de ação na sociedade.

Paralelamente e conjugado ao crescimento do movimento ambientalista surgem vários eventos pelo mundo, buscando discutir a problemática ambiental. Na verdade, estas discussões são produtos, tanto de propostas de órgãos governamentais, como foi a Primeira Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo, suscitada pela Suécia, em decorrência das preocupações com as péssimas condições ambientais no mundo, como também das pressões da sociedade, de suas formas de organização, ligadas diretamente ou não aos movimentos ambientalistas, mas que influenciam e são influenciados por eles.

Segundo REIGOTA (2001), em 1968 foi realizada em Roma uma reunião de cientistas dos países desenvolvidos para discutir o consumo e as reservas de recursos naturais não renováveis e o crescimento da população mundial até meados do século XXI. Nesta reunião os cientistas deixaram clara a necessidade urgente de se buscar os meios para a conservação dos recursos naturais e controlar o crescimento da população, além de se investir numa mudança radical na mentalidade de consumo e procriação. O mérito desta reunião foi colocar o problema ao nível planetário e, como consequência disso, a ONU realizou em 1972, em Estocolmo, na Suécia, a primeira Conferência mundial de meio ambiente.

Porém, outro fato de extrema importância para a realização desta conferência foi o desastre ecológico na Baía de Minamata no Japão. Neste acidente, pescadores e

moradores foram seriamente contaminados por mercúrio vertido pelas indústrias locais. Este acontecimento detonou a solicitação sueca de que a ONU votasse uma resolução a favor da realização de uma conferência internacional sobre meio ambiente. A proposta sueca foi aprovada, tendo sido decidido, pela XXIV Assembléia Geral, que tal Conferência seria em Estocolmo (HERCULANO, 2001).

Assim, o grande tema em discussão na conferência de Estocolmo, em 1972, foi a poluição ocasionada, principalmente, pelas indústrias. O Brasil e a Índia, que viviam na época do milagre econômico, defenderam a idéia de que a “poluição é o preço que se paga pelo progresso”. Porém, uma resolução importante da conferência de Estocolmo foi a de que se deve educar o cidadão para a solução dos problemas ambientais. Pode-se então considerar que, a partir desta conferência, surge o que pode ser designado por educação ambiental, ficando estabelecido conforme GUIMARÃES (2001):

Abordagem multidisciplinar para a nova área de conhecimento, abrangendo todos os níveis de ensino, incluindo o nível não formal, com a finalidade de sensibilizar a população para os cuidados ambientais (p.18).

A Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), órgão responsável pela divulgação e realização dessa nova perspectiva educativa, realiza seminários regionais em todos os continentes, procurando estabelecer os seus fundamentos filosóficos e pedagógicos. A partir destes seminários e congressos, um grande número de textos, artigos e livros foram publicados pela UNESCO em diversas línguas. Segundo LIMA apud GUIMARÃES (2001), como desdobramento da Conferência de Estocolmo, aconteceu em Belgrado o Seminário Internacional sobre a Educação Ambiental. Na carta de Belgrado foram explicitadas as metas e os objetivos da Educação Ambiental, onde o princípio básico é a atenção com o meio natural e artificial, considerando os fatores ecológicos, políticos, sociais, culturais e estéticos. Determina também que a educação ambiental deve ser contínua, multidisciplinar, integrada dentro das diferenças regionais, voltada para os interesses nacionais e centrada no questionamento sobre o tipo de desenvolvimento. Tem como meta prioritária a formação nos indivíduos de uma consciência coletiva, capaz de discernir a importância ambiental na preservação da espécie humana e, sobretudo, estimular o comportamento cooperativo nos diferentes níveis das relações inter e intrainstitucionais.

Conforme REIGOTA (2001, p.31), os seis objetivos para a educação ambiental publicados nesta famosa carta são:

- 1) Conscientização: Levar os indivíduos e os grupos associados a tomarem consciência do meio ambiente global e de problemas conexos e se mostrarem sensíveis aos mesmos. Isto significa que a educação ambiental deve procurar chamar a atenção para os problemas planetários que afetam a todos, pois a camada de ozônio, o desmatamento da Amazônia, as armas nucleares, o desaparecimento de culturas milenares, são questões só aparentemente distantes da realidade dos alunos.
- 2) Conhecimento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirirem uma compreensão essencial do meio ambiente global, dos problemas que estão a ele interligados e o papel e lugar da responsabilidade crítica do ser humano. O conhecimento proporcionado pela ciência e pelas culturas milenares sobre o meio ambiente deve ser democratizado. As pessoas devem ter acesso a ele. Assim, educação ambiental não deve transmitir só o conhecimento científico, mas todo tipo de conhecimento que permita uma melhor atuação frente aos problemas ambientais.
- 3) Comportamento: Levar os indivíduos e os grupos a adquirirem o sentido dos valores sociais, um sentimento profundo de interesse pelo meio ambiente e a vontade de contribuir para a sua proteção e qualidade. Não adianta só falar de meio ambiente, mas também mudar os comportamentos individuais e sociais. Os exemplos aqui podem ser vários, dos mais simples aos mais complexos, tais como não fumar nos lugares proibidos,

não destruir árvores, economizar energia, utilizar mais transportes coletivos e respeitar as regras de trânsito.

4) Competência: Levar os indivíduos e os grupos a adquirirem o *savoir – faire* necessário à solução dos problemas. Nem todos têm capacidade técnica para resolver os problemas ambientais. Reconhecer essa deficiência é o primeiro passo para superá-la. A educação ambiental pode auxiliar a sua superação, buscando elaborar meios técnicos com a ajuda de especialistas e conhecedores autodidatas do problema.

5) Capacidade de Avaliação: levar os indivíduos e os grupos a avaliarem medidas e programas relacionados ao meio ambiente em função de fatores de ordem ecológica, política, econômica, social, estética e educativa. Fundamental para a participação do cidadão é decifrar a linguagem dos projetos de risco ambientais elaborados por técnicos especializados. A capacidade de avaliação permite ou não que projetos duvidosos sejam efetuados. A educação ambiental deve procurar traduzir a linguagem técnico-científica para a compreensão de todos.

6) Participação: Levar os indivíduos e os grupos a perceberem suas responsabilidades e necessidades de ação imediata para a solução dos problemas ambientais. Procurar nas pessoas o desejo de participarem na construção de sua cidadania. Fazer com que as pessoas entendam a responsabilidade, os direitos e os deveres que todos têm com uma melhor qualidade de vida.

Em Tibilissi, na Geórgia (ex-URSS), em 1977, realizou-se o I Congresso Mundial de Educação Ambiental, onde foram apresentados trabalhos que estavam sendo desenvolvidos em vários países. Segundo KEIM *apud* GUIMARÃES (2001), nesta reunião, em seu documento final, foram traçados de forma mais sistemática e com uma abrangência mundial as diretrizes, as conceituações e os procedimentos para a educação ambiental. Em suma, em seu conteúdo, se encontram as seguintes recomendações:

1) Deve-se acabar com o mito de que o homem é superior à natureza e mudar as ações que massacram e responsabilizam o homem comum;

2) Deve-se estar atento para a manipulação publicitária. Ao invés de se produzir alimentos, habitações e bens muito duráveis, são produzidos bombas e bens com duração muito reduzida;

3) Os serviços deveriam ser realizados por equipamentos coletivos;

4) Deveria ser estabelecida uma nova ética que rejeitasse a exploração, o consumismo e a exaltação da produção como fim por si só;

5) Será necessária uma nova forma de agricultura e de indústria, uma nova urbanização, um novo urbanismo e uma nova forma de produção e consumo com largos benefícios sociais; A educação tradicional, abstrata e parcelada prepara mal os indivíduos que terão de lidar com a complexidade da realidade;

6) A educação ambiental deve reformular constantemente seus métodos, conteúdos e orientações à luz dos indivíduos, grupos e novas situações que surgirem. Esta educação deverá inspirar não apenas o comportamento do grande público, mas também os responsáveis pelas decisões que incidem sobre o meio ambiente. Este processo deve ser essencialmente uma pedagogia da ação para a ação. A reciclagem e a preparação pessoal para a educação ambiental deverão ocorrer sob dois aspectos principais: levar à consciência dos problemas ambientais nacionais e internacionais e da participação e responsabilidade nossa na formação e evolução e promover um diálogo interdisciplinar, quanto aos conteúdos e objetivos de cada disciplina, articulando-as entre si, visando facilitar a percepção integral dos problemas ambientais e estabelecer uma possível ação bastante racional que corresponda aos anseios sociais.

Dez anos depois, ocorreu em Moscou o II Congresso de Educação Ambiental. Nessa época, temas como a Perestróika e Glasnost e temas como desarmamento, acordos de paz entre URSS e os EUA, democracia e liberdade de opinião, ocuparam as discussões. Conforme GUIMARÃES (2001, p.26), nesta oportunidade, foram reforçados

os princípios tirados na I Conferência (Tbilissi – 1977), traçados planos de ação para a década de 90, avaliando-se o que foi realizado na década que passou (1977/1987). Foram reafirmados também, em Moscou, com bastante ênfase, os princípios preconizados em Tbilissi para a Educação Ambiental. Dentre os quais podem ser destacados, segundo este autor:

1. A Educação Ambiental resulta uma dimensão do conteúdo e da prática da educação orientadora para a resolução dos problemas concretos embasados pelo meio ambiente, graças a um enfoque interdisciplinar e uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade;
2. Atualmente se sabe que a chave destes problemas apoia-se em boa medida nos fatores sociais, econômicos e culturais que os provocam e que não será possível, por conseguinte, preveni-los ou resolvê-los com meios exclusivamente tecnológicos;
3. A Educação Ambiental se concebe como um processo permanente em que os indivíduos e a coletividade tomam consciência de seu meio e adquirem os conhecimentos, os valores, as competências, as experiências e, também, a vontade capaz de fazê-los atuar, individualmente e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do meio ambiente;
4. Entre os elementos que contribuem para a especificidade da EA, talvez o mais importante seja seu enfoque orientado para a solução de problemas concretos do meio ambiente humano. Daqui se depreende outra de suas características fundamentais, a saber: a perspectiva interdisciplinar, em que se inscreve para tomar ciência da complexidade dos problemas ambientais e da multiplicidade dos fatores que se explicam.

Na euforia da expansão do neoliberalismo pelo mundo, a primeira ministra da Noruega, Grö Brundtland, em 1987, patrocina reuniões em várias cidades do mundo, inclusive em São Paulo, para discutir os problemas ambientais após a conferência de Estocolmo. O livro “Nosso futuro Comum” ou “Relatório Brundtland” resultante dessas reuniões forneceu os subsídios temáticos para a ECO-92. É necessário ressaltar que foi a partir deste livro que ficou explicitado o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMMA).

Conforme este Relatório, desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. Segundo HERCULANO (2001), para este relatório, as causas da deterioração ambiental são identificadas em três campos: 1) Uso de tecnologias poluidoras; 2) Aumento demográfico; 3) Na intensificação e expansão da miséria. As soluções propostas pelo desenvolvimento sustentável são: 1) Reorientação tecnológica e institucionalização de meios de fiscalização internacionais; 2) Controle populacional para o terceiro mundo; 3) Políticas de ajustes e ajuda financeira dos países ricos aos pobres.

Por este discurso, HERCULANO (2001) afirma que tais propostas permitem inferir qual é a concepção de “desenvolvimento sustentável” subjacente: é a do eco-capitalismo, que se traduz na confiança do avanço tecnológico capaz de produzir uma industrialização limpa e controlar a fecundidade das mulheres do terceiro mundo. A causa primordial da deterioração ambiental é tida como sendo a pobreza, muito mais do que os dejetos tóxicos do Primeiro Mundo.

Portanto, o desenvolvimento sustentável proposto é algo que vai aliviar a pobreza, reduzi-la, mitigá-la, dar oportunidade de vida dentro de padrões mínimos de consumo (HERCULANO, 2001). Desta forma, o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial Para o Meio Ambiente da ONU, em nenhum momento questiona o modelo de desenvolvimento em si, ou seja, o sistema capitalista, mas apenas as suas estratégias conforme afirma esta autora:

Para o relatório Brundtland a pobreza e a deterioração ambiental formam um círculo vicioso, no qual cada termo é causa do outro e efeito do outro. Além da injustiça cega que é não mencionar com a mesma insistência a degradação ambiental trazida pelo crescimento exponencial e o consumismo do primeiro mundo, o relatório não aventa a hipótese de que a pobreza e a deterioração ambiental sejam ambas, efeitos indesejáveis de um modelo de crescimento que busca incremento de capital e não atende às necessidades humanas. Pobreza e degradação ambiental não são percebidas pelo relatório enquanto características inerentes à lógica perversa de um modo de produção concentrador, mas como percalços inesperados e perversos, passíveis de serem contornados e controlados através de políticas de ajustes e correções (p.27).

Por sua vez, em 1988 foi promovido pela UNESCO/Pnuma, em Buenos Aires, de 18 a 21 de maio de 1988, o Seminário-Taller Latinoamericano de Educação Ambiental, do qual se destacam as seguintes recomendações, conforme afirma DIAS (2008, p.156):

1. Que a Educação Ambiental seja parte da política ambiental dos países;
2. Que a Educação Ambiental se adapte às características culturais específicas das populações envolvidas no processo educativo;
3. Que a Educação Ambiental tenha presente o papel desempenhado pela mulher na sociedade e no desenvolvimento;
4. Que a Educação Ambiental promova a reformulação da educação formal e não formal, em função de uma concepção ambientalista que se deve traduzir em um enfoque interdisciplinar;
5. Que a Educação signifique educar para a paz e a justiça;
6. Que a educação Ambiental se realize em um âmbito de participação real de todos os componentes do sistema educacional (educando, educador, comunidade);
7. Que a Educação Ambiental tenha em conta o contexto de subdesenvolvimento de que sofrem os países da América do Sul, e se transforme em instrumento idôneo, para a integração e o apoio mútuo entre as nações da região;
8. Que a Educação Ambiental acentue a necessidade de criação de um novo estilo de desenvolvimento, que inclua crescimento econômico, equidade social e conservação dos recursos naturais, capaz de propiciar relações mais humanas, fraternas e justas entre os homens (sic), e destes como seu entorno natural, logrando níveis crescentes de qualidade de vida.

Conforme DIAS (2008), aqui se dá ênfase à questão do gênero. Em muitos documentos da Unesco reconhece-se que diversos programas e projetos de Educação Ambiental falharam, em todo mundo e, mais especificamente, nos países pobres e/ou em desenvolvimento, devido ao fato de não terem reconhecido o papel da mulher no contexto social, não a envolvendo no processo. Essa questão é tão grave em muitos países que a ONU promoveu em Beijing (1995) a Conferência sobre a Mulher. Outra questão que merece ser destacada diz respeito ao desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento sustentável está ligado a crescimento econômico. Mais uma vez, é necessário ter em mente que neste seminário pensa-se que a educação ambiental deve ser reorientada para um estilo de desenvolvimento sustentável dentro dos modos de produção capitalista, como se isto fosse possível. Como se houvesse recursos naturais suficientes para que todas as nações atingissem este patamar de desenvolvimento. Assim, mais uma vez, esta Educação Ambiental se mostra contraditória, pois reafirma este paradigma e se insere no mito do desenvolvimento econômico.

Segundo REIGOTA (2001) e DIAS (2008), a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, conhecida como a ECO ou Rio 92, revisitou o documento de Tibilisi para a educação ambiental e o reconstruiu para a Agenda 21, em especial no capítulo 36. Assim, neste documento a educação ambiental foi retomada,

recontextualizada e ampliaram-se os seus princípios e recomendações. Desta forma, ali se encontram três eixos de organização da educação ambiental, sobretudo, uma referência explícita da relação entre **educação ambiental e sustentabilidade**.

Conforme TOZONI-REIS (2001) e HERCULANO (2001), na Agenda 21, a educação ambiental tem como objetivos: 1. Reorientar o ensino para o desenvolvimento sustentável; 2. Aumentar a consciência pública; 3. Promover o treinamento de educadores ambientais.

Segundo os postulados neoliberais ou capitalistas o desenvolvimento sustentável é visto como uma forma de crescimento econômico das nações que deve levar em conta o comprometimento dos recursos naturais. A desigualdade é tratada como um desajuste a ser superado pela universalização do desenvolvimento econômico com sustentabilidade (HERCULANO, 2001). Porém, se todos os países do mundo conseguissem atingir este tipo de desenvolvimento econômico, baseado no capitalismo liberal, não haveriam recursos naturais suficientes para sustentá-lo. Ou seja, até 2050 seria preciso, aproximadamente, dois planetas Terra. E se todos os países do mundo atingissem o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos da América (EUA) seriam necessários cinco planetas Terra.

Mais uma vez se utiliza, ideologicamente, do **Mito do Desenvolvimento Econômico** para sanar as desigualdades sociais. Neste sentido, é difícil pensar que esta estratégia, que vem no bojo do desenvolvimento sustentável proposto pela CMMA (Comissão Mundial Para o meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU) seja conseguida. O sistema capitalista, como fica claro, não busca atender às necessidades da população e sim a demandas, isto é, às necessidades daqueles que têm poder aquisitivo para poderem ser atendidos pelo mercado. Ele vive da busca de elevadas taxas de lucro e através dos ciclos de expansão e retração expansão da economia, ele imprime ao ser humano e a natureza a degradação de suas condições de existência, tornando-os simples instrumentos para auferir lucros cada vez maiores. Reifica-os, portanto! Assim, o dito desenvolvimento sustentável, nos moldes de como vem sendo proposto pela ONU através da Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMA), é impossível de ser atingido. Neste sentido, ele é contraditório pela própria lógica do capital. No mais, segundo HERCULANO (2001), este tipo de desenvolvimento, traria, para os desvalidos, “a boa vontade de dar oportunidade de vida melhor” e “padrões mínimos de consumo”, o que, até agora, como vem sendo feito é de forma autoritária, impositiva, homogeneizante em termos culturais. Portanto, para os eco-capitalistas trata-se de ter os pés no chão, ser realista e resgatar as pessoas de uma miséria abjeta para níveis aceitáveis de pobreza. Para os verdes, ou ecologistas sociais, e por onde deve, no meu entender, caminhar o marxismo, trata-se, conforme a música dos Titãs: “ter a vida como a vida quer”, “ter inteiro e não pela metade”, conforme afirma HERCULANO (2001).

Os ecologistas sociais não parecem querer apenas a sobrevivência. Querem a felicidade. A felicidade posta como questão política, coletiva, é, sem dúvida, uma característica nova do tempo em que vivemos.

Apesar de todos estes documentos proporem uma Educação Ambiental crítica e construtora de uma nova ética com a finalidade de gerar um relacionamento equilibrado entre o homem e a natureza e entre os próprios homens, quando reorientada ao desenvolvimento sustentável explícito no Relatório Brundtland ou Nosso Futuro Comum não faz jus ao que se propõe, ou seja, a mudar este paradigma, pois este tipo de desenvolvimento sustentável proposto pela ONU não faz nenhuma crítica ao sistema de produção capitalista, em sua forma atual, ao neoliberalismo econômico que foi edificado a partir da década de 80. Com isto, quando a educação ambiental, explícita na Agenda 21, passa a ser reorientada a este sentido de desenvolvimento sustentável ela se mostra contraditória, pois se abstém de fazer uma crítica profunda a este sistema e de superar esta lógica perversa que obtém seu ideal de existência, ou seja, o lucro, através da

expropriação e exploração do homem e da natureza.

Assim, pode-se hoje dizer que muito se falou e pouco se fez. O processo de Educação Ambiental, em contexto global, atingiu relativo sucesso, porém com uma força ainda insuficiente para desviar a humanidade de uma rota de colisão com a escassez, o desequilíbrio dos sistemas naturais de sustentação da vida. Pelas recomendações dessa conferência, conclui-se que, passados 20 anos de Tbilissi, os interesses econômicos continuam exercendo uma forte influência. A Educação, em seu espectro maior, continua não sendo prioridade dos governos e da sociedade em que ele atua. Vive-se, na realidade, uma crise de percepção, principalmente, nos países ricos, onde se vive como se não partilhasse a mesma biosfera e se dependesse dos mesmos arranjos físicos e biológicos para a sua sustentabilidade evolucionária (DIAS, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observou o desenvolvimento sustentável proposto pelo relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (CMMMA), em nenhum momento questiona o modo de produção capitalista em si, apenas recomenda ajustes de ordem financeira e tecnológica para que seja conseguido o desenvolvimento sustentável. Portanto, ele é construído dentro da lógica do sistema capitalista, como se isto fosse possível. Em nenhum momento buscou-se uma crítica à lógica perversa que move este sistema, ou seja, todo o processo para a obtenção do lucro, da mais-valia. A educação ambiental quando reorientada para este conceito ou tipo de desenvolvimento sustentável, conforme quer a ONU, se mostra contraditória pela lógica que move a acumulação capitalista. Isto por que reafirma este paradigma e, com ele, a expropriação e a exploração do homem e da natureza, as duas grandes formas de obtenção da mais valia capitalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental – Lei 9795 de 27 de abril de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em: [26/06/2011].

DIAS, GF. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2008.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 2001

GUIMARÃES, M. **A dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 2001.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. (Org). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

MARTINS, GA. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 1994.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

NOVAES, W. A sobrevivência humana ameaçada. Disponível em: http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_contentHYPERLINK

["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"&HYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"view=articleHYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"&HYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630" id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaesHYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"&HYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"catid=957:entrevistasHYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"&HYPERLINK](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)
["http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630"Itemid=630](http://www.portaldomeioambiente.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1100:-qa-sobrevivencia-humana-ameacadaq-entrevista-com-washington-novaes&catid=957:entrevistas&Itemid=630)> Acesso em: [31/08/2009].

REIGOTA, M. **O que educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção primeiros passos)

TOZONI-REIS, MFC. **Educação ambiental e sustentabilidade**. Palestra proferida no módulo educação ambiental, participação social e sustentabilidade – Encontro Internacional de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável na FCA – Unesp – Botucatu em 08/07/2001.